

# Suspensão da sessão beneficia faltosos

**RICARDO AMARAL**  
Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte perdeu ontem a sexta oportunidade consecutiva de tomar qualquer decisão, desde que foi aprovado o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, há nove dias. Numa sessão curta e monótona, o presidente em exercício, Mauro Benevides (PMDB-CE), desobedeceu o regimento e o líder do PMDB, Mário Covas, teve que fazer seu protesto pela falta de votações ao pé de uma escada, enquanto parlamentares improvisavam uma "lista de presença" em papel almaço. "Eu previ que a Casa ia parar", disse o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

A sessão iniciada às 9h, com 157 assinaturas registradas no livro de presenças, seguia modorrenta com pequenos pronunciamentos sobre temas diversos, até que o deputado Paulo Delgado (PT-MG) pediu que fosse feita uma verificação de quórum. O número mínimo de deputados e senadores no plenário, para que uma sessão tenha início, é 56. Eram 10h30. Nesses casos, o regimento prevê que a sessão seja suspensa por meia hora e o presidente convoque, pelo serviço de som e pelo acionamento de uma campanha, os parlamentares que estejam fora do plenário.

No gabinete do líder Mário Covas, cerca de 20 parlamentares estavam reunidos negociando um acordo sobre as Disposições Transitórias. As 10h33, sem acionar a campanha ou o serviço de som, Benevides disse que era evidente a ausência de no mínimo 56 parlamentares e encerrou a sessão, sob os protestos de Delgado, que exigia a verificação de quórum através do painel eletrônico. É o registro do nome no painel que confirma a presença do constituinte, livrando-o de sofrer um desconto salarial.

"O sr. está beneficiando os ausentes", reclama Delgado. "Faça pelo menos uma chamada nominal", apela José Fogaça (PMDB-RS). Benevides abandona a mesa e desce a escada lateral, onde se defronta com um esbaforido Mário Covas. Mão junto ao peito (ele tem o coração safenado), ofegante, Covas e os líderes que estavam em seu gabinete correram ao plenário quando um assessor os avisou que Benevides encerrara a sessão antes do prazo regimental.

"Eu exijo que o senhor faça a verificação, eu estava em meu gabinete trabalhando com outros líderes para fazer essa constituinte andar e agora vou passar por omisso", protestou. "Sexta-feira a gente não faz verificação", justificou-se Benevides, inovando o regimento. "Nós não estamos aqui para brincadeira, o senhor faça a verificação", exigiu Sandra Cavalcanti (PFL-RS). "Todos os partidos querem verificação", disse José Genoino (PT-SP). "Por que vocês não vão reclamar com o dr. Ulysses, que está no gabinete dele?", sugere Benevides.

"Desde quinta-feira passada estou recebendo gozações porque a casa não vota nada", desabafa Covas. "Eu também levo gozação, porque dizem que a culpa é minha, que a casa só funciona quando o dr. Ulysses preside", rebate Benevides, antes de apresentar uma solução inédita: "Vamos fazer uma lista de presença, tragam o Paulo Afonso (secretário-geral da mesa) para resolver isso". Paulo Afonso chega e não acredita na "solução Benevides". "Duas listas não pode, vou falar com o dr. Ulysses".

Em duas folhas de papel almaço, 58 deputados assinam seus nomes na lista sem valor. Covas abandona o bolinho ao pé da escada resmungando: "Eu não negocio mais nada, vou ficar sentado no plenário esperando, para não passar como ausente". Negociação alguma se fez depois do incidente. Ao meio-dia, Benevides embarca para Fortaleza.

Máquina de calcular na mão, Paulo Delgado, que é professor de matemática, contabiliza os efeitos do "regimento Benevides". Depois da votação do mandato, o Congresso constituinte teve uma sessão na segunda com 110 presenças no painel. Na terça, 244. Quarta foi sessão solene em memória do senador Virgílio Távora. Quinta, 255 nomes no painel. Para 304 constituintes, a ausência de ontem completaria a quarta falta consecutiva e o consequente corte de Cz\$ 120 mil nos salários.

"Como o Benevides não fez verificação de presenças, a Constituinte deixou de economizar hoje Cz\$ 37,08 milhões", anotou Delgado.

## Início do 2º turno será marcado por disputa regimental

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte deverá enfrentar nos próximos dias uma disputa regimental em torno das características das emendas supressivas que serão apresentadas no segundo turno de votação. O presidente Ulysses Guimarães tende a interpretar o regimento de forma a permitir supressões de artigos inteiros. A retirada de palavras isoladas não seria possível, num esforço para simplificar esta fase.

"Não aceitaremos esta interpretação", avisa, no entanto, o deputado José Lins (PFL-CE), um dos coordenadores do Centrão, que considera indispensável a possibilidade de suprimir palavras ou expressões para produzir um texto de qualidade.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, reafirmou ontem que o governo pretende ver suprimida a limitação da taxa de juros reais em 12%.

## Anistia aos militares deve ser rejeitada, diz Saboia

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Marinha, almirante Henrique Saboia, afirmou ontem, após a cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Naval, que está convencido de que o Congresso constituinte não aprovará uma proposta de anistia aos militares para atender "interesses de grupos e de pessoas que buscam única e exclusivamente tirar vantagens pessoais de alta monta, com grande prejuízo para as instituições militares e para

a nação, sob a capa da anistia". Saboia afirmou que a anistia já foi dada: "O resto são tentativas para obter vantagens pessoais."

Para o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, o texto aprovado pela Comissão de Sistematização "até assegura a ampliação da anistia já concedida". Acrescentou que os militares não vêem outra anistia. Disse acreditar que a coordenação que está sendo feita junto aos parlamentares manterá esta posição.

Moreira Lima não quis dizer como a Aeronáutica reagiria a uma possível ampliação da anistia aos militares. "Esta é uma especulação que ainda não nos detivemos para analisar." Já o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, condecorado com o "grau de grande-oficial", afirmou que o governo está confiante de que os constituintes irão manter o texto da Comissão de Sistematização. Mas disse que "tranquilidade absoluta só teremos depois da votação".